



DELTA PCRN

Simulado de Reta Final

Provas Objetivas

Simulado Delta PCRN

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PCRN;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-Delta-PCRN-10-07>

| | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E | 81 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E | 82 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E | 83 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E | 84 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E | 85 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E | 86 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E | 87 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E | 88 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E | 89 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E | 90 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E | 91 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E | 92 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E | 93 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E | 94 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E | 95 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E | 96 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E | 97 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E | 98 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E | 99 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E | 100 – A B C D E |

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

01. A respeito da classificação das Constituições, indique a assertiva que contenha a classificação da Constituição Federal de 1988 quanto ao conteúdo.

- a) rígida.
- b) escrita.
- c) dogmática.
- d) formal.
- e) analítica.

02. A respeito das ações do controle objetivo de constitucionalidade, aponte a assertiva incorreta.

- a) A ação direta de inconstitucionalidade, a ação declaratória de constitucionalidade e a arguição de descumprimento de preceito fundamental têm os mesmos legitimados ativos.
- b) Uma vez proposta ação direta de inconstitucionalidade, não se admitirá desistência.
- c) Não cabe rescisória de decisão proferida em arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) Assim como se aplica ao Procurador-Geral da República, a participação do Advogado-Geral da União é obrigatória em todas as ações do controle objetivo de constitucionalidade.
- e) Na ação direta de inconstitucionalidade, não se admite a intervenção de terceiros, exceto na condição especial de *amicus curiae*.

03. A respeito da legitimidade ativa das confederações sindicais e das entidades de classe de âmbito nacional nas ações do controle objetivo de constitucionalidade, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) A entidade que não representa a totalidade de sua categoria profissional não possui legitimidade ativa para ajuizamento de ações de controle concentrado de constitucionalidade.
- b) Associações diversas, independentemente de representação profissional ou empresarial, desde que legalmente constituídas e de âmbito nacional,

têm legitimidade ativa para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade.

c) As entidades de classe, para configuração do âmbito nacional, deverão ter representatividade em pelo menos nove estados brasileiros.

d) A legitimação ativa das entidades de classe para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade depende da demonstração de pertinência temática.

e) Para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade, as entidades de classe de âmbito nacional precisarão constituir advogado, que deverá juntar procuração aos autos.

04. O estado do Rio Grande do Sul emendou a sua Constituição, para vedar o transporte e o depósito ou qualquer outra forma de disposição de resíduos que tenham sua origem na utilização de energia nuclear e de resíduos tóxicos ou radioativos, quando provenientes de outros estados ou países. A respeito do assunto, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A emenda é constitucional, uma vez que cabe aos estados privativamente legislar sobre meio ambiente.
- b) A emenda é constitucional, porque a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente, de forma que sobre o tema, a União apenas fixa as normas gerais e os estados legislam sobre as normas específicas.
- c) A emenda é inconstitucional, porque feriu a competência dos municípios para legislar sobre assunto de interesse local.
- d) A emenda é inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre contratos, indústria e comércio.
- e) É inconstitucional norma estadual que dispõe sobre a implantação de instalações industriais destinadas à produção de energia nuclear no âmbito espacial do território estadual.

05. Quanto à eficácia das normas constitucionais, conforme posicionamento de José Afonso da Silva e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva correta.

- a) O direito de greve do servidor público insculpido no artigo 37, VII, da Constituição Federal, é norma constitucional e eficácia limitada.
- b) A norma constitucional que preceitua o dever do Estado com educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade é de eficácia limitada de princípio programático.
- c) O inciso XXII do artigo 5º da CF/88 estabelece que “é garantido o direito de propriedade.” Essa norma constitucional é classificada como de eficácia plena.
- d) Para o reconhecimento de normas constitucionais de eficácia limitada, é suficiente encontrar no texto constitucional reserva legal.
- e) A norma constitucional de eficácia contida é aquela que depende da produção de leis infraconstitucionais para que possa produzir os seus efeitos.

06. Por iniciativa parlamentar, lei federal autorizou o uso de fármaco não registrado na ANVISA para tratamento de neoplasia maligna, não obstante ainda estivessem em curso estudos clínicos acerca da substância. A respeito do assunto, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta.

- a) O Congresso Nacional não tem poderes para autorizar, de forma abstrata e genérica, a distribuição de medicamento.
- b) A lei sob análise é constitucional, uma vez que os pacientes diagnosticados com neoplasia maligna dela poderão fazer uso por vontade livre e consciente e não por imposição estatal.
- c) Conquanto seja da competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) permitir a distribuição de substâncias químicas, a sua omissão injustificada permite o Congresso Nacional, mediante lei, autorizar a utilização da fosfoetanolamina, substância já aplicada em estados estrangeiros.
- d) A lei federal é constitucional, uma vez que compete à União editar normas gerais sobre saúde.

e) A lei é inconstitucional, por vício formal, porque é da competência privativa do Presidente da República a iniciativa das leis a respeito da distribuição de medicamento.

07. A respeito do direito de nacionalidade e dos direitos políticos, segundo disposto na Constituição Federal e na doutrina, aponte a alternativa incorreta.

- a) É juridicamente possível ter num Estado mais do que uma nação.
- b) A pessoa que não é considerada nacional por nenhum Estado é chamada de apátrida.
- c) Nem todo brasileiro é cidadão.
- d) Nacionalidade é um vínculo jurídico-político que une um indivíduo a um Estado, para integrá-lo ao povo.
- e) Para exercer direitos políticos passivos, basta exercer direitos políticos ativos e estar filiado a um partido político.

08. A respeito da repartição de competência legislativa, aponte a alternativa em que consta o assunto sobre o qual os Estados só poderão legislar sobre partes específicas e se houver lei complementar federal que autorize.

- a) naturalização.
- b) orçamento.
- c) juntas comerciais.
- d) ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- e) proteção à infância e à juventude.

09. A respeito do Distrito Federal e dos Territórios, indique a assertiva correta.

- a) O Distrito Federal, assim como se aplica aos Territórios, não pode ser dividido em Municípios.
- b) O Distrito Federal é um ente federativo híbrido, capaz de exercer competências legislativas estaduais e municipais.
- c) O Distrito Federal se organiza por meio de lei orgânica votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, sendo aprovada por dois terços da Câmara Legislativa e promulgada pelo Governador, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição.
- d) As contas do Governo do Território serão submetidas ao Senado Federal, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.
- e) Nos Territórios Federais, além do Governador nomeado pelo Presidente da República, após aprovação do Senado, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.

10. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre:

- a) iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares.
- b) subsídio para os Deputados Federais e os Senadores.
- c) autorização de operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- d) a mudança temporária da sede do Legislativo.
- e) concessão de anistia.

11. O Presidente da República editou medida provisória para admitir que refugiados residentes no Brasil há mais de seis meses possam ser naturalizados brasileiros, desde que não possuam condenação criminal. A respeito do assunto, aponte a alternativa incorreta.

- a) A medida provisória somente produzirá efeitos após o parecer favorável da comissão mista.
- b) É vedada a edição de medida provisória sobre nacionalidade.
- c) O Procurador-Geral da República poderá propor ação direta de constitucionalidade para requerer a retirada da medida provisória do ordenamento jurídico.
- d) A medida provisória poderá ser rejeitada pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por decisão da maioria relativa de seus membros.
- e) As medidas provisórias rejeitadas perdem a eficácia desde a sua edição.

12. A respeito da segurança pública, conforme definição do texto constitucional, aponte a alternativa incorreta.

- a) Polícia Federal, Polícia Penal, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Criminalística e Polícia Rodoviária Federal são exemplos de órgãos de segurança pública.
- b) É atribuição da polícia federal, dentre outras, a de apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União.
- c) A polícia rodoviária federal destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.
- d) Cabe aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, a execução de atividades de defesa civil.
- e) A segurança viária compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente.

13. Sobre o estado de defesa e o estado de sítio, indique a assertiva correta.

- a) O Presidente da República tem competência para decretar o estado de sítio nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.
- b) O estado de sítio não poderá ser decretado por mais de trinta dias, nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior.
- c) Diferente do que se dá nos casos de decretação do estado de defesa, o Presidente da República deve ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
- d) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- e) Durante o estado de defesa, algumas medidas coercitivas poderão ser adotadas, dentre as quais a restrição ao direito de reunião, ainda que exercida no seio das associações, e a busca e apreensão em domicílio.

14. Com relação à organização dos poderes, à Luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da redação da Constituição Federal, assinale a opção INCORRETA.

- a) A CPI municipal, diferente do que se aplica à CPI federal e à CPI estadual, não tem a prerrogativa para quebrar diretamente o sigilo bancário de seus investigados.
- b) Uma legislatura corresponde a um período de quatro anos.
- c) Os deputados são eleitos em conformidade com o sistema proporcional de votação, de modo que o candidato mais votado nas urnas de seu respectivo Estado é aquele considerado eleito.
- d) Conquanto a Constituição Federal fixe a competência originária do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar deputados federais e senadores por crime de comum, o foro por prerrogativa de função, segundo o STF, está limitado a crimes praticados no exercício do mandato e na qualidade de parlamentar.
- e) em razão do sistema presidencialista de governo adotado no Brasil, o Presidente da República

acumula as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo.

15. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, indique a única alternativa que contém uma afirmação INCORRETA:

- a) Os direitos e garantias fundamentais não possuem conteúdo patrimonial, razão por que são intransferíveis, inegociáveis e não são alcançados por prescrição.
- b) Os direitos fundamentais não são absolutos, de forma que podem encontrar limitações em outros direitos constitucionalmente consagrados.
- c) A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, classificou os direitos e garantias fundamentais em três categorias, a saber: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais e Direitos de Nacionalidade.
- d) Os direitos fundamentais, em sua dimensão subjetiva, são concebidos sob a perspectiva do indivíduo, de forma que configuram posições jurídicas oponíveis ao Poder Público e à atuação do particular.
- e) A primeira geração dos direitos fundamentais, século XVIII, foi pautada em teorias liberais que objetivavam a defesa das liberdades individuais. Direitos civis, individuais e políticos estão classificados nessa geração, composta por direitos negativos.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

16. Matheus, réu primário e com bons antecedentes, subtraiu, para si, dois pacotes de bolacha no mercadinho do seu bairro avaliados em R\$ 4,00 cada. Após investigações, foi denunciado pela prática do crime de furto. Em defesa prévia, o defensor público requereu a absolvição sumária de Matheus, com base no princípio da insignificância. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, o princípio da insignificância:

- a) Afasta a tipicidade do fato;
- b) Não encontra amparo no ordenamento jurídico brasileiro;
- c) Funciona como causa supralegal de exclusão de culpabilidade;
- d) É causa supralegal de exclusão de ilicitude;
- e) É causa de diminuição da pena, por entender ser um crime culposo.

17. João Pedro estava fazendo sua caminhada noturna, pelo Calçadão de Santos, quando foi surpreendido pela força do vento que o arrastou e fez ele se chocar com Lucas, que também passava pelo local. Por conta do choque, Lucas bateu a cabeça no chão e morreu devido à lesão. Sendo assim, assinale a alternativa correta:

- a) A conduta praticada por João Pedro é típica e ilícita, entretanto, não existe culpabilidade, por isso deverá ser absolvido.
- b) Houve conduta por parte de João Pedro, no entanto, a tipicidade restou afastada por ausência de tipicidade formal.
- c) Não houve conduta penal de João Pedro, sendo assim, não há fato típico.
- d) João Pedro deverá ser absolvido, uma vez que a conduta praticada por ele, apesar de típica, não é ilícita.
- e) De acordo com a teoria bipartida, João Pedro deverá ser absolvido, pois basta existir o fato típico e a ilícito para que haja crime, sendo sua culpabilidade pressuposto de aplicação da pena.

18. Paulo não foi contemplado no testamento particular da sua tia Amanda. Sabendo disso, ele falsificou uma parte do testamento, modificando a disposição de alguns bens, e também fazendo a inclusão do seu nome dentre os herdeiros. Sendo assim, assinale a alternativa correta:

- a) Tal conduta se amolda ao crime de falsificação de documento público, previsto no código penal.
- b) A conduta de Paulo se amolda ao crime de falsificação de documento particular, previsto no código penal.
- c) Paulo cometeu crime de falsidade ideológica, previsto no código penal.
- d) A conduta de Paulo se amolda ao crime de supressão de documento, previsto no código penal.
- e) A conduta de Paulo, apesar de típica, não é considerada ilícita, por ser Amanda sua tia.

19. No dia 27 de agosto de 2013, por volta das 22h, Marcelo, réu primário e com bons antecedentes, tentou subtrair para si, através escalada de um muro de 2 metros de altura, vários pedaços de fios duplos de cobre da rede elétrica avaliados em, aproximadamente, R\$ 70,00 (setenta reais). Sobre o caso apresentado, segundo entendimento sumulado do STJ, assinale a alternativa correta:

- a) É possível o reconhecimento do furto qualificado privilegiado independentemente do preenchimento cumulativo dos requisitos previstos no art. 155, §2º, do CP.
- b) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no art. 155, §2º, do CP nos casos de crime de furto qualificado se estiverem presentes a primariedade do agente e o pequeno valor da coisa, e se a qualificadora for de ordem objetiva.
- c) Não é possível o reconhecimento do privilégio previsto no art. 155, §2º, do CP nos casos de crime de furto qualificado, mesmo que estejam presentes a primariedade do agente e o pequeno valor da coisa, e se a qualificadora for de ordem objetiva.
- d) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no art. 155, §2º, do CP nos casos de crime de furto qualificado se estiverem presentes a primariedade do agente e o pequeno valor da coisa, e se a qualificadora for de ordem subjetiva.

e) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no art. 155, §2º, do CP nos casos de crime de furto qualificado, desde que estejam presentes a primariedade do agente e o grande valor da coisa, e se a qualificadora for de ordem objetiva.

20. Natália estava em um jantar oferecido pela empresa em que trabalha. Por volta da meia noite, ela percebeu que um colega seu da contabilidade, chamado Pedro, estava usando um relógio de luxo, que caso fosse vendido, teria um bom retorno financeiro. Sendo assim, Natália colocou, no copo de Pedro, um comprimido de um remédio forte para dormir, bem como o atraiu para um local mais afastado. Ao perceber que Fabrício ainda estava consciente, olhando pra ela, mas sem reagir, Natália, sem violência ou grave ameaça, tirou o relógio e foi embora. Considerando os fatos, assinale a alternativa correta:

- a) Deverá responder por furto qualificado.
- b) Deverá responder por roubo.
- c) Deverá responder por furto simples, apenas.
- d) Deverá responder por extorsão, apenas.
- e) Deverá responder por latrocínio.

21. Gabriela, que atualmente tem treze anos de idade, manteve relacionamento amoroso com Sidney de vinte anos, desde que tinha 12 anos. No período em que estiveram juntos, Sidney praticava conjunção carnal com Gabriela, bem como outros atos libidinosos. Uma tia de Gabriela descobriu os fatos e procurou a polícia. Chamada para prestar depoimento, Gabriela disse que nunca foi forçada a nada, tendo consentido com todos os atos. Afirmou, ainda, que Sidney não foi sua primeira experiência sexual. Diante disso, assinale a alternativa correta:

- a) O consentimento da menor não tem condão de afastar crime de estupro de vulnerável.
- b) Sidney não deverá responder por crime algum, pois a representação deveria ter sido feita pela menor ou por sua mãe.
- c) A vítima demonstrou ter tido experiências sexuais anteriores, o que afasta a sua condição de vulnerável, sendo assim, não há crime.

- d) Extingue a punibilidade de Sidney, haja vista o fato de ter existido relacionamento amoroso anterior com a menor.
- e) Sidney responderá por crime de importunação sexual, qualificada.

22. Renan da Silva é Deputado Estadual e está usando um dos motoristas da Assembleia Legislativa para buscar os seus filhos na escola, bem como para tratar de outros interesses particulares. O motorista cumpre a jornada de trabalho no órgão e, após, atende aos interesses pessoais de Renan da Silva. Sendo assim, assinale a alternativa correta.

- a) Renan da Silva deverá responder pelo crime de corrupção passiva.
- b) Renan da Silva se apropriou de algo que ele tinha a posse em razão da função pública, sendo assim, deverá responder por peculato.
- c) O motorista deverá responder pelo crime de prevaricação.
- d) O fato é atípico para o direito penal.
- e) O fato se amolda ao crime de corrupção ativa.

23. Luíza é servidora pública da Receita Federal e sob a sua posse, em razão do cargo, estavam alguns relógios e bolsas apreendidos de algumas pessoas que adentraram no país sem declará-los. Aproveitando-se disso, Luíza se apropria de alguns relógios e distribui entre seus familiares. No entanto, em seguida, o órgão público tomou conhecimento dos fatos, o que fez com que Luíza corresse para devolver os itens por ela apropriados. Sendo assim, assinale a alternativa correta:

- a) O fato de Luíza ter devolvido os bens dos quais se apropriou, antes do recebimento da denúncia, terá como efeito a extinção da punibilidade.
- b) A perda do cargo, na hipótese de Luíza ser denunciada e condenada, será efeito específico da condenação e, por isso, o juiz não precisará declarar e motivar a sentença.
- c) Luíza não cometeu delito de peculato-apropriação, uma vez que os bens não eram bens públicos, e sim privados.
- d) A consequência para tal conduta de Luíza será a aposentadoria compulsória.

e) Ainda que Luíza seja primária e o prejuízo causado por ela ao erário não seja significativo, não será possível a aplicação do princípio da insignificância, segundo o STJ.

24. Maria Aparecida foi provocada injustamente por Alexandre quando os dois estavam em uma festa de aniversário de amigos em comum, tendo Alexandre feito várias brincadeiras de mau gosto. No dia seguinte, ao relembrar o ocorrido e sob a influência de violenta emoção, em virtude desse ato de Alexandre, Maria foi até a casa de Alexandre e disparou diversas vezes contra ele, que veio a falecer. Considerando que Maria é penalmente imputável, assinale a alternativa correta:

- a) No caso narrado, Maria deverá responder por uxoricídio.
- b) Maria agiu em legítima defesa, haja vista que houve injusta provocação da vítima.
- c) O caso narrado se amolda à hipótese de homicídio privilegiado, que é causa de excludente de ilicitude.
- d) Maria deverá responder por homicídio simples, incidindo circunstância atenuante.
- e) Maria agiu em estado de necessidade.

25. A família de José possui uma rede de lojas de roupas, da qual ele é o administrador. Recentemente, em uma operação policial, foram descobertos inúmeros casos de sonegação de impostos envolvendo grandes empresas do mesmo segmento, inclusive a empresa de José. Sabendo disso, Laura, a mãe de José, decide afastar o filho do comando da empresa até que tudo seja esclarecido. Irritado com a atitude da mãe, José decide matá-la na casa de praia da família, onde sabia que a mãe estaria. Patrícia, melhor amiga de José, diz que pode levá-lo até o local na sua motocicleta, sem problema algum. Considerando a consumação do crime, assinale a alternativa correta:

- a) Patrícia deverá responder por homicídio, todavia, sem a incidência de agravante de delito praticado contra ascendente, sendo ela partícipe do delito.
- b) Como coautora do crime, Patrícia deverá responder por homicídio, sem a incidência de agravante de delito praticado contra ascendente.

c) Como coautora do crime, Patrícia deverá responder por homicídio, com a incidência de agravante, por ter sido cometido contra ascendente.

d) Patrícia é partícipe do delito e deverá responder pelo homicídio agravado por ter sido cometido contra ascendente.

e) Mesmo tendo uma participação de menor importância, Patrícia terá a mesma pena de José.

26. Pedro, policial, em sua rotina de trabalho não vem obtendo êxito com prisões em flagrante, sendo assim, decide fingir que está dormindo, deixar o seu relógio de alto valor em seu colo, no meio de uma praça em bairro perigoso de Natal. Disfarçado, seu colega de farda espera que alguém anuncie um assalto para então efetuar uma prisão em flagrante. Sendo assim, caso haja o assalto de fato, ocorre a situação de:

- a) Roubo.
- b) Furto.
- c) Quase crime.
- d) Tentativa de Furto.
- e) Tentativa de Roubo.

27. Analisando-se o Código Penal, há de notar-se que, a respeito do dolo direto, ele aderiu à teoria:

- a) De representação.
- b) Do consentimento.
- c) Do assentimento.
- d) Da vontade.
- e) Objetiva.

28. Diante da proximidade das festas de final de ano, Clara decide ir ao Shopping com a sua filha, uma criança de três meses de vida, para comprar os presentes da família. Ao chegar no local, Clara sai do seu carro apressada e tranca as portas do veículo, sem, contudo, perceber que não retirou a criança de dentro dele. Diante do caso, assinale a alternativa correta:

- a) Caso a criança venha a falecer, Clara deverá responder por homicídio doloso, uma vez que ela tinha o dever legal de vigilância e cuidado.
- b) Clara foi negligente, devendo responder por homicídio culposo, caso a criança venha a falecer. No caso, não poderá o juiz aplicar o perdão judicial e consequentemente, extinguir a punibilidade da acusada.
- c) Clara foi imprudente, devendo responder por homicídio culposo, caso a criança venha a falecer. No caso, poderá o juiz aplicar o perdão judicial e consequentemente, extinguir a punibilidade da acusada.
- d) No caso em questão, a omissão não é penalmente relevante, dessa forma, Clara não deverá responder pelo crime na modalidade dolosa.
- e) Caso a criança venha a falecer, Clara deverá responder pelo crime de homicídio decorrente da conduta negligente. No caso, poderá o juiz aplicar o perdão judicial e, consequentemente, extinguirá a culpabilidade da acusada.

29. Júlia, esposa de Pedro, descobriu que estava grávida, tendo uma gestação de três meses no presente momento. Após realizarem alguns exames obrigatórios para uma gestação saudável, Júlia e Pedro, recebem o diagnóstico que seu filho possui anencefalia. Abalados emocionalmente com a notícia, o casal decide por interromper a gravidez, e praticar um aborto em uma clínica ilegal que receberam indicação. Diante disso, assinale a alternativa correta:

- a) No caso em questão houve aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento, de acordo com o art. 124, do CP.
- b) Júlia não praticou o crime de aborto, pois o aborto nesse caso é atípico, de acordo com o entendimento do STF.

c) Nesse caso, apenas o médico irá se responsabilizar pelo aborto, de acordo com o art. 126, do CP.

d) O aborto, nesse caso, só poderia ser solicitado pela mãe da gestante, pois por estar abalada emocionalmente, se tornou incapaz.

e) O aborto, nesse caso, só poderia ser solicitado pelos pais do casal, pois por estarem abalados emocionalmente, se tornaram totalmente incapazes.

30. No Código Penal, os requisitos para a substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direito são:

- a) Se o crime for culposo, não importando a pena; Se a pena privativa de liberdade for inferior a 4 anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa; Se o réu não for reincidente em crime doloso; Quando as circunstâncias indicarem que a substituição seja suficiente.
- b) Se o crime for doloso, não importando a pena; Se a pena privativa de liberdade for inferior a 4 anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa; Se o réu não for reincidente em crime doloso; Quando as circunstâncias indicarem que a substituição seja suficiente.
- c) Se o crime for culposo, não importando a pena; Se a pena privativa de liberdade for inferior a 6 anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa; Se o réu não for reincidente em crime doloso; Quando as circunstâncias indicarem que a substituição seja suficiente.
- d) Se o crime for culposo, não importando a pena; Se a pena privativa de liberdade for inferior a 4 anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa; Se o réu for reincidente em crime doloso; Quando as circunstâncias indicarem que a substituição seja suficiente.
- e) Se o crime for culposo, não importando a pena; Se a pena privativa de liberdade for inferior a 4 anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa; Se o réu não for reincidente em crime doloso; Se o crime possibilitar aplicação de multa pecuniária.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**Leonardo Tavares**

31. Noticia-se à polícia um roubo de moto praticado por dois homens, os quais teriam se utilizado de um facão e uma espingarda artesanal para subjugar a vítima. Duas horas depois do ocorrido, policiais militares em ronda de rotina acabam por encontrar os dois agentes empurrando a moto objeto do roubo. Em abordagem aos suspeitos, foram encontrados um facão e uma espingarda artesanal. Em razão disso, os dois indivíduos são presos em flagrante e encaminhados à delegacia de polícia. A respeito dessa prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.

- a) A prisão é legal e se está diante de hipótese de flagrante presumido ou ficto.
- b) A prisão é legal e se está diante de hipótese de flagrante impróprio.
- c) A prisão é legal e se está diante de hipótese de flagrante próprio.
- d) A prisão é ilegal, porquanto não se configurou hipótese de flagrante delito.
- e) A prisão é ilegal, pois se trata de um flagrante provocado.

32. A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o Ministério Público, supervisor do trabalho exercido pela Polícia Judiciária.
- b) Após seu arquivamento, poderá ser desarquivado a qualquer momento para possibilitar novas investigações, desde que haja concordância do Ministério Público.
- c) O indiciamento é ato privativo da autoridade policial, ou seja, delegado de polícia, não cabendo ao Ministério Público, mesmo nos casos de requisição para instauração de inquérito policial, definir o indiciamento.
- d) Atualmente, a vítima e o indiciado poderão requerer diligências durante a investigação, que a autoridade policial estará vinculada à realização, sob pena de nulidade do inquérito.

e) Por ser o inquérito sigiloso, quando por imperiosa razão de ordem pública for, fundamentadamente, assim decretado, o advogado não terá acesso à nenhuma das diligências realizadas e documentadas.

33. No que se refere às provas no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) A letra e firma dos documentos particulares sempre serão submetidas a exame pericial, para que possam ter fé pública e ser inseridas no procedimento criminal.
- b) O exame de corpo de delito, dada a importância dessa perícia, somente pode ser realizado por perito oficial.
- c) A busca pessoal, assim como a busca domiciliar, exige mandado judicial para ser realizada.
- d) A busca em mulher será sempre e necessariamente feita por outra mulher, em respeito inarredável à intimidade.
- e) No cumprimento de mandado de busca, não será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, salvo quando constituir elemento do corpo de delito.

34. Quanto ao exame de corpo de delito, assinale a alternativa INCORRETA, segundo o quanto previsto no Código de Processo Penal:

- a) Dar-se-á prioridade à sua realização quando se tratar de crime que envolva violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.
- b) O exame de corpo de delito poderá ser feito durante o dia ou, somente com autorização judicial, no período noturno.
- c) O juiz ou a autoridade policial pode negar a perícia requerida pelas partes.
- d) Poderá ser suprido por prova testemunhal quando desaparecerem os vestígios e não for possível sua realização.
- e) É indispensável quando a infração deixar vestígios, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

35. No que diz respeito à disciplina literal do CPP em relação às provas, assinale a alternativa correta:

- a) Documentos em língua estrangeira só poderão ser juntados aos autos após, obrigatoriamente, traduzidos por tradutor público ou pessoa idônea nomeada pela autoridade.
- b) Por documento se entende apenas o escrito, em papel, produzido ou subscrito por particular.
- c) À fotografia do documento, devidamente autenticada, se dará o mesmo valor do original.
- d) Os documentos particulares, para servirem como provas hábeis, deverão ser submetidos a exame pericial que lhes confira autenticidade.
- e) As partes sempre poderão apresentar documentos em qualquer fase do processo.

36. Assinale a alternativa correta quanto à disciplina legal do inquérito policial:

- a) Tomando conhecimento da prática de um crime cuja ação penal é pública condicionada à representação do ofendido, poderá a autoridade policial, *ex officio*, determinar a instauração de inquérito policial para investigação dos fatos.
- b) O inquérito policial referente a investigado preso preventivamente deverá terminar no prazo de 10 dias, contado o prazo, nesta hipótese, do dia em que houver comunicação da prisão ao juiz competente.
- c) Estando o indiciado solto, o inquérito policial deverá ser concluído, impreterivelmente, no prazo de 30 (trinta) dias, não havendo previsão legal para a sua dilação.
- d) Para prevenção e repressão de crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o Ministério Público ou autoridade policial pode, imediata e diretamente, requisitar às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem meios para localização da vítima ou suspeitos do crime.
- e) Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

37. No que se refere às provas no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) Diante da liberdade probatória, as provas derivadas das ilícitas, regra geral, são admitidas na persecução penal, na busca da verdade.
- b) A prova obtida por meios ilícitos não constitui suporte jurídico idôneo a ensejar sentença condenatória, ainda que corroborada pela confissão do acusado.
- c) Com base no princípio da economia processual, mesmo nos crimes que deixam vestígios, o exame de corpo de delito pode ser dispensado nos casos de expressa e detalhada confissão do acusado.
- d) As provas ilícitas são inadmissíveis, não podem ser valoradas, mas devem permanecer nos autos em respeito à cadeia de custódia da prova.
- e) O juiz poderá ordenar, após realizada a citação do réu, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes.

38. De acordo com as diretrizes normativas, sobre as prisões em flagrante e preventiva, identifique a assertiva correta:

- a) Não se imporá a prisão em flagrante à pessoa flagrada na prática de crime de furto simples de coisa avaliada em valor menor que R\$ 1.100,00 (mil e cem reais).
- b) Não se imporá a prisão em flagrante a senador flagrado na prática de crime de estelionato.
- c) O Código de Processo Penal autoriza que seja decretada a prisão preventiva de acusado que tenha descumprido, em processo outro, medida cautelar diversa da prisão.
- d) A prisão preventiva atualmente possui prazo determinado em lei e deve atender ao princípio da proporcionalidade.
- e) Em razão do sistema acusatório, o juiz poderá decretar a prisão preventiva de ofício exclusivamente no curso da ação penal, sendo isso proibido na fase da investigação policial.

39. Sobre o procedimento de lavratura do auto de prisão em flagrante pela autoridade policial, assinale a alternativa correta:

- a) O policial rodoviário responsável pela prisão e condução do preso deverá, seguindo estabelece a lei, ser ouvido logo após a oitiva das testemunhas e o interrogatório do preso.
- b) A atribuição para a lavratura do auto de prisão em flagrante é da autoridade policial do local em que ocorrer a prisão-captura, mesmo que esta ocorra em local diverso do da prática do crime.
- c) Diante da necessária segurança jurídica, a falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante.
- d) Lavrado o auto de prisão em flagrante, inexiste dever de a autoridade policial comunicar a prisão à família do preso, constituindo mera liberalidade quando realizada.
- e) Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante poderá ser assinado por uma testemunha que tenha ouvido sua leitura na presença deste.

40. Assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição Estadual de determinado ente da federação prevê a necessidade de o Secretário de Estado da Saúde ser julgado exclusivamente pelo Tribunal de Justiça respectivo. Nessa situação, considerando o foro por prerrogativa, deverá ser afastada a competência do Tribunal do Júri em eventual prática de crime de homicídio pelo servidor, mantendo-se a competência do Tribunal de Justiça para processo e julgamento do delito.
- b) Independentemente de real prejuízo, a suposta prática do delito de estelionato mediante a falsificação de guias de recolhimento de contribuições previdenciárias atrairá a competência da Justiça Federal em razão da potencialidade de lesão à autarquia federal.
- c) O término do mandato eletivo implica na perda do foro por prerrogativa de função; nesse caso, haverá deslocamento da competência independentemente do momento processual, com a necessidade de o 'novo' juízo competente repetir todos os atos instrutórios do processo.

d) Durante fiscalização realizada pela Polícia Federal, foram apreendidos diversos produtos importados da China, cuja comercialização é proibida no Brasil. A mercadoria havia entrado em território nacional por meio do Porto de Santos (SP); contudo, a apreensão somente veio a ocorrer em Manaus (AM). Nesse caso, a competência para julgamento da ação penal será do local da apreensão dos produtos contrabandeados.

e) A Polícia Federal destina-se a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

41. Avalie os itens a seguir, sobre o inquérito policial, e assinale a alterantiva correta.

- a) Com o arquivamento de inquérito policial por insuficiência de provas, de acordo com as novas determinações trazidas pela Lei nº 13.964/2019, não se mostra possível que a autoridade policial venha a retomar diligências investigatórias, ainda que tenha notícia de novas provas.
- b) O membro do Ministério Pùblico ou o delegado de polícia não podem requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, em relação a qualquer infração penal, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos.
- c) De acordo com a jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça, a instauração de inquérito policial para apuração de infrações supostamente cometidas por prefeito municipal, no exercício do mandato e em razão dele (detentor de foro por prerrogativa de função), depende de prévia autorização do tribunal competente.
- d) A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos, pela autoridade policial, e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir, por prazo máximo de três dias e respeitado o direito à comunicação com o defensor.
- e) Após a realização de diligências investigatórias em razão de suspeita do delito de tráfico ilícito de entorpecentes, houve arquivamento do inquérito

policial com fundamento na atipicidade da conduta.

Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nesse caso não é possível a reabertura das investigações em virtude de novas provas, já que a decisão judicial que determinou o arquivamento faz coisa julgada material, ainda que tenha sido proferida por juízo absolutamente incompetente.

42. A respeito da busca e apreensão, dispõe o Código de Processo Penal que:

- a) As buscas domiciliares serão executadas de dia, ainda que o morador consinta que se realizem à noite.
- b) Finda a diligência, os executores lavrarão auto circunstaciado, normalmente assinando-o com duas testemunhas presenciais.
- c) A busca em mulher deverá ser sempre feita por outra mulher, sem exceção.
- d) Em casa habitada, a busca deverá ser realizada após a retirada de todos os moradores, com vistas a impedir a frustração da diligência.
- e) A autoridade policial ou seus agentes não poderão, de modo algum, penetrar no território de jurisdição alheia, ou de outro Estado, devendo apresentar-se à autoridade competente e requerer autorização.

43. A respeito da ação penal, assinale a opção correta.

- a) Para a homologação do acordo de não persecução penal, será realizada audiência na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva do investigado na presença do seu defensor.
- b) A representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.
- c) O perdão é ato personalíssimo e não pode ser aceito por representante ou procurador.
- d) Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal quando o acusado recusar o perdão concedido pela vítima.
- e) A queixa é ato divisível e deve ser oferecida no prazo decadencial de seis meses.

44. A respeito da jurisdição e competência, assinale a alternativa correta de acordo com o entendimento dos tribunais superiores.

- a) O foro por prerrogativa de função, em situação alguma se estende à fase pré-processual, sendo desnecessária a autorização do Ministro-Relator para a investigação e para o indiciamento.
- b) Se, iniciado o processo perante um juiz, houver desclassificação para infração da competência de outro, a este será remetido o processo, ainda que mais graduada for a jurisdição do primeiro.
- c) Verificada a reunião dos processos por conexão ou continência, se, no processo da sua competência própria, o juiz ou tribunal proferir sentença absolutória ou que desclassifique a infração para outra que não se inclua na sua competência, não será mais competente em relação aos demais processos.
- d) O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas, de modo que, após o final da instrução processual, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar outro cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo.
- e) O processamento do chefe do Poder Executivo Estadual por crime comum depende de autorização da Assembleia Legislativa.

45. Paulo foi indiciado pela prática de delito de furto, ocorrido no dia 15/08/2016. Considerando que não existem elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, bem como que Paulo não é reincidente, foi oferecida proposta de acordo de não persecução penal. Nesse caso hipotético, é correto afirmar, de acordo com as alterações promovidas no Código de Processo Penal por meio da Lei n. 13.964/2019, que:

- a) Para o acordo de não persecução penal, Paulo deverá, obrigatoriamente e inarredavelmente, como condição do acordo, reparar o dano ou restituir a coisa à vítima.
- b) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.
- c) O juiz poderá recusar homologação à proposta que não atender aos requisitos legais.
- d) Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo; essa reformulação independe da concordância do acusado e seu defensor.
- e) Não existe previsão legal de recurso para a decisão do juiz que não homologa a proposta de acordo de não persecução penal.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Alex Fadel

46. De acordo com a Lei n. 11.343/06 e o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a opção correta.

- a) Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por duas pessoas idôneas.
- b) A falta da assinatura do perito criminal no laudo toxicológico é mera irregularidade que não tem o condão de anular o referido exame.
- c) A expropriação de bens em favor da União, decorrente da prática de crime de tráfico ilícito de

entorpecentes, não constitui efeito automático da sentença penal condenatória.

- d) A destruição das drogas apreendidas sem a ocorrência de prisão em flagrante será feita por incineração, no prazo máximo de 15 dias contados da data da apreensão, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo.
- e) Tratando-se da conduta prevista no art. 28 desta Lei, não se imporá prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado à presença da autoridade policial, ou, na falta desta, assumir o compromisso de comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessários.

47. Sobre a Lei dos Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/98), assinale a assertiva correta.

- a) É circunstância que agrava a pena ter o agente cometido a infração em sábados, domingos ou feriados.
- b) O baixo grau de instrução ou escolaridade do agente não interfere na dosimetria da pena.
- c) A pena de multa fixada na sentença condenatória por crime ambiental será calculada de acordo com os critérios previstos no CP e, se revelar-se ineficaz, ainda que aplicada no seu valor máximo, poderá ser aumentada de três vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.
- d) Nos crimes previstos na Lei 9.605/98 a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a dois anos.
- e) De acordo com o atual entendimento dos Tribunais Superiores, a responsabilização penal da pessoa jurídica por delitos ambientais está condicionada à responsabilização concomitante da pessoa física que agia em seu nome.

48. De acordo com a Lei de Combate às Organizações Criminosas (Lei n. 12.850/13), assinale a opção correta.

- a) O prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses, prorrogável uma vez por igual período, suspendendo-se o respectivo prazo prescricional.
- b) A pena é agravada para quem exerce o comando, individual ou coletivo, da organização criminosa, e que pratique pessoalmente os atos de execução.
- c) A pena é aumentada de 1/6 a 2/3 se houver participação de criança, adolescente ou idoso.
- d) A condenação com trânsito em julgado acarretará ao funcionário público a perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de 8 (oito) anos subsequentes ao cumprimento da pena.
- e) Se houver indícios suficientes de que o funcionário público integra organização criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual.

49. Assinale a assertiva correta sobre a Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei n. 9.099/95).

- a) Nos crimes em que a pena mínima combinada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.
- b) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- c) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que se consumar a infração.
- d) Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão, interrompendo o prazo para a interposição de recurso.

e) A suspensão condicional do processo será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

50. Sobre a Legislação Penal Especial, assinale a assertiva correta.

- a) A Lei n. 14.064/2020, popularmente conhecida como a Lei Sansão, acrescentou um parágrafo ao artigo 32 da Lei n. 9.605/98, prevendo uma qualificadora para maus-tratos contra cães e gatos. Trata-se, assim como as figuras do *caput*, de crime de menor potencial ofensivo.
- b) De acordo com a Lei n. 11.343/06, o juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e os antecedentes do agente.
- c) São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras, a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.
- d) Considera-se organização criminosa a associação de 3 (três) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- e) De acordo com a Lei n. 9.099/95, a citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado. Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.

51. Assinale a assertiva correta.

- a) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: I - admoestação verbal; II – prestação de serviços à comunidade; III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
- b) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.
- c) A Lei n. 12.850/13 será aplicável também às organizações terroristas, entendidas como aquelas voltadas para a prática de atos de terrorismo legalmente definidos.
- d) Aquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial a mulher fica obrigado a ressarcir todos os danos causados, inclusive ressarcir ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a tabela SUS, os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar, recolhidos os recursos assim arrecadados ao Fundo de Saúde do ente federado responsável pelas unidades de saúde que prestarem os serviços, o que pode ensejar a possibilidade de substituição da pena aplicada ao agressor.
- e) O indiciamento dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.

52. Assinale a assertiva correta.

- a) É considerado crime hediondo, dentre outros crimes, a lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até segundo grau, em razão dessa condição.
- b) O roubo qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum é considerado crime hediondo.
- c) No processo por crime previsto na Lei n. 9.613/98 (Lavagem de Dinheiro) não se aplica o disposto no art. 366 do Código de Processo Penal, devendo o acusado que não comparecer nem constituir advogado ser citado por edital, prosseguindo o feito até o julgamento, com nomeação de defensor dativo.
- d) Para a configuração do tráfico internacional de arma de fogo basta a procedência estrangeira do armamento ou munição, sendo prescindível que se comprove a internacionalização da ação.
- e) Constitui crime a conduta de permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa que não seja habilitada, ou que se encontre em qualquer das situações previstas no art. 310 do CTB, dependendo da ocorrência de lesão ou de perigo de dano concreto na condução do veículo.

53. Assinale a assertiva incorreta.

- a) A apreensão de ínfima quantidade de munição desacompanhada de arma de fogo, excepcionalmente, a depender da análise do caso concreto, pode levar ao reconhecimento de atipicidade da conduta, diante da ausência de exposição de risco ao bem jurídico tutelado pela norma.
- b) Prevê a Lei n. 12.850/13 que o Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia se a proposta de acordo de colaboração referir-se a infração de cuja existência não tenha prévio conhecimento e o colaborador não for o líder da organização criminosa e for o primeiro a prestar efetiva colaboração nos termos do art. 4º da referida lei.
- c) Nos crimes previstos nos artigos 17 e 18 da Lei 10.826/03 (comércio ilegal de arma de fogo e de tráfico internacional de arma de fogo), a pena é aumentada de metade se a arma de fogo, acessório ou munição forem de uso proibido ou restrito.
- d) Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses: I - não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal; II - a prova puder ser feita por outros meios disponíveis; III - o fato investigado constituir contravenção penal.
- e) A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, não bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio.

54. Sobre as disposições da Lei n. 11.343/06 e o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a assertiva correta.

- a) As causas especiais de aumento da pena relativas à transnacionalidade e à interestadualidade do delito, previstas, respectivamente, nos incisos I e V do art. 40 da Lei de Drogas, não podem ser aplicadas simultaneamente.
- b) A natureza, quantidade e grau de pureza da droga são fatores preponderantes no momento da dosimetria da pena.
- c) Prevê a Lei n. 11.343/06, que recebida a denúncia, o juiz ordenará a citação do acusado para oferecer defesa, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

d) Para a incidência da majorante prevista no artigo 40, V, da Lei 11.343/06, é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados da federação, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.

e) A natureza e a quantidade da droga podem ser utilizadas simultaneamente para justificar o aumento da pena-base e para afastar a redução prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

55. Sobre a Lei dos Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/98), assinale a assertiva correta.

- a) Nos crimes ambientais a ação penal pode ser pública condicionada ou incondicionada.
- b) Constitui crime contra a flora matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida, sendo que a pena é aumentada até o dobro se o crime decorre do exercício de caça profissional.
- c) A perícia de constatação do dano ambiental, sempre que possível, fixará o montante do prejuízo causado para efeitos de prestação de fiança e cálculo de multa.
- d) As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica são: I - suspensão parcial ou total de atividades; II - manutenção de espaços públicos; III - proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.
- e) Não é crime o abate de animal, quando realizado, dentre outras hipóteses, para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, independentemente de autorização da autoridade competente.

56. Assinale a assertiva correta.

- a) De acordo com a Lei 8.069/90, a medida de internação só poderá ser aplicada quando: I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II - por reiteração no cometimento de outras infrações; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
- b) As penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade previstas na Lei de Abuso de Autoridade são a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, e suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, sem a perda dos vencimentos e das vantagens.
- c) Considera-se ato infracional apenas a conduta descrita como crime.
- d) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a dois anos.
- e) Quem, de qualquer forma, concorrer para os crimes referidos no Código de Defesa do Consumidor, incide as penas a esses cominadas na medida de sua culpabilidade, bem como o diretor, administrador ou gerente da pessoa jurídica que promover, permitir ou por qualquer modo aprovar o fornecimento, oferta, exposição à venda ou manutenção em depósito de produtos ou a oferta e prestação de serviços nas condições por ele proibidas.

57. Sobre as disposições da Lei 11.340/06, assinale a assertiva correta.

- a) Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver autoridade judicial disponível no momento da denúncia.
- b) Na hipótese de prisão em flagrante pelo crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência (art. 24-A, da Lei 11.340/06), que possui pena de detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, tanto a autoridade policial, quanto a autoridade judicial poderão arbitrar fiança.
- c) O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica o encaminhamento à assistência judiciária, quando for o caso, exceto para eventual ajuizamento da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente.
- d) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, depois do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.
- e) A ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, excluída a pretensão relacionada à partilha de bens.

58. Sobre a Lei 12.850/13 e o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a assertiva correta.

- a) Considerando a relevância da colaboração prestada, o Ministério Público, a qualquer tempo, e o delegado de polícia, nos autos do inquérito policial, com a manifestação do Ministério Público, poderão requerer ou representar ao juiz pela concessão de perdão judicial ao colaborador, desde que o benefício tenha sido previsto na proposta inicial, aplicando-se, no que couber, o art. 28 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).
- b) Segundo a Lei n. 12.850/13, a pena é aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços) se a organização criminosa mantém conexão com outras organizações criminosas dependentes.
- c) O recebimento de proposta de colaboração para análise ou termo de confidencialidade implica a suspensão da investigação.
- d) O juiz poderá, de ofício, conceder perdão judicial ao agente que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração a vítima seja localizada.
- e) Segundo a Lei n. 12.850/13, a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites. Na hipótese de representação do delegado de polícia, o juiz competente, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público.

59. Sobre as disposições da Lei n. 9.099/95 e o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a assertiva correta.

- a) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública

condicionada à representação, o acordo homologado não acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

- b) Não será admitida a proposta de transação penal se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado pela prática de crime.
- c) A existência de inquérito policial em curso é circunstância idônea a obstar o oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo.
- d) É incabível a suspensão condicional do processo na procedência parcial da pretensão punitiva.
- e) O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão do art. 89 da Lei 9.099/95, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

60. Assinale a assertiva correta.

- a) Se houver provas de participação de policial nos crimes de que trata a Lei n. 12.850/13, a Corregedoria de Polícia instaurará inquérito policial e comunicará ao Ministério Público, que designará membro para acompanhar o feito até a sua conclusão.
- b) Considera-se hediondo o crime, tentado ou consumado, de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, previsto no art. 16 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.
- c) A posse de substância entorpecente para uso próprio configura crime doloso e quando cometido no interior do estabelecimento prisional constitui falta grave, nos termos do art. 52 da Lei de Execução Penal - LEP (Lei n. 7.210/1984).
- d) As lideranças de organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição poderão iniciar o cumprimento da pena em estabelecimentos penais de segurança máxima.
- e) Para a caracterização do crime de associação para o tráfico de drogas (art. 35 da Lei n. 11.343/2006) é prescindível o dolo de se associar com estabilidade e permanência.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Cláudio Tusco

61. No que tange ao conceito e à abrangência do Direito Administrativo, assinale a afirmativa correta.

- a) Disciplina, predominantemente, relações jurídicas horizontais.
- b) Tem como objeto de estudo o aparato estatal de execução de políticas públicas.
- c) Tem como um de seus objetos principais o estudo do exercício da função política.
- d) Volta-se exclusivamente para o estudo do Poder Executivo, uma vez que é esse poder que exerce, com exclusividade, função administrativa.
- e) Estuda apenas as pessoas jurídicas de direito público.

62. Com base nos princípios da Administração Pública, presentes no Artigo 37 da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) o princípio da legalidade diz que cabe ao Estado a elaboração das leis do país, considerados o equilíbrio entre os Poderes, a Constituição Federal e os interesses da população.
- b) o princípio da publicidade diz que o governo deve fazer propaganda de suas empresas estatais, principalmente as de economia mista, de forma a assegurar que elas possam se manter competitivas na atuação no mercado e capazes de atender ao interesse público.
- c) o princípio da veracidade diz que os gastos do governo devem ser transparentes e públicos, sendo sempre validados por auditorias dos órgãos de controle estatais.
- d) o princípio da imparcialidade significa que a administração pública deve manter uma posição de neutralidade ante a sociedade e não estabelecer discriminações gratuitas ou não justificadas pelo interesse coletivo.
- e) o princípio da arbitrariedade diz que o governo tem a liberdade de administrar o país da forma mais eficiente possível, desde que os seus atos não estejam previstos como crimes na Constituição Federal.

63. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.666/93, a qual institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, são exemplos de modalidades de licitação:

- a) tomada de preços, convite e concessão.
- b) concorrência, concurso e leilão.
- c) registro de preços, pregão e permissão.
- d) leilão, outorga e registro de preços.
- e) permissão, tomada de preços e convite.

64. O contrato de concessão de serviço público pode ser extinto em razão do descumprimento das obrigações assumidas pela concessionária. Tal forma de extinção, prevista no ordenamento jurídico, denomina-se:

- a) reversão.
- b) caducidade.
- c) encampação.
- d) rescisão.
- e) retomada.

65. Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado do Rio Grande do Norte serão punidos na forma da Lei nº 8.429/92, que se aplica em todos os níveis da federação. Nesse contexto, o ato de improbidade administrativa tem natureza de ilícito:

- a) criminal, passível de sanções como a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública, que são aplicadas pelo juízo criminal.
- b) administrativo, passível de sanções como a perda da função pública e o ressarcimento ao erário, que são aplicadas mediante regular processo administrativo.
- c) disciplinar, passível de sanções como a perda da função pública e a proibição de contratar com o Poder Público, que são aplicadas mediante regular processo administrativo.
- d) cível, passível de sanções como a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública, que são aplicadas pelo juízo cível.

e) político, passível de sanções como a suspensão dos direitos políticos e a proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais, que são aplicadas pela respectiva casa legislativa.

66. Leia a afirmação a seguir e assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna: _____

é a entidade integrante da Administração Pública indireta, criada pelo próprio governo, através de uma Lei Específica para exercer uma função típica, exclusiva do Estado.

- a) Empresa pública
- b) Sociedade de economia mista
- c) Fundação Pública
- d) Autarquia
- e) OSCIP

67. Sobre a Lei Complementar Estadual nº 270/2004

(Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte) e suas alterações, assinale a alternativa correta.

- a) Será necessária a abertura de concurso para provimento do cargo público efetivo quando o número de vagas exceder 1/3 (um terço) dos cargos iniciais de cada carreira policial.
- b) A promoção funcional realizar-se-á de forma automática, acontecendo sempre que o policial completar 05 (cinco) anos na classe, passando para a classe seguinte, condicionada à existência de vagas.
- c) O servidor pode ausentar-se para o exterior, ou para outros pontos do território nacional, sem perda da remuneração, para cumprimento de missão oficial, a serviço do Estado, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, mediante autorização do Governador do Estado.
- d) Não poderá ser promovido o policial civil que tenha sido punido penal ou disciplinarmente, nos trinta e seis meses anteriores à data de instauração do processo de promoção.
- e) A promoção indevida resultará no necessário resarcimento dos valores percebidos a mais pelo servidor.

68. Determinado delegado de polícia, agindo imprudentemente, disparou sua arma de fogo ao manuseá-la dentro da própria delegacia, ferindo um particular que ali estava.

Nessa situação hipotética, no que concerne à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) Em eventual ação contra o Estado, o particular deverá provar a imprudência do delegado para que seja resarcido dos danos experimentados.
- b) Como agiu imprudentemente, o delegado responderá diretamente ao particular pelos prejuízos causados excluindo a responsabilidade civil do Estado.
- c) A prescrição para as ações de reparação civil contra o Estado ocorre em três anos.
- d) O Estado responde civilmente em razão da conduta culposa de seu agente, aplicando-se ao caso a teoria do risco administrativo.
- e) Como se trata de conduta comissiva de agente público, qualificada pelo elemento culpa, aplica-se ao caso a teoria da responsabilidade subjetiva do Estado.

69. De acordo com o regramento do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Norte, a posse é o ato gerador da investidura em cargo ou função pública. Realiza-se mediante a assinatura de termo, pelo próprio servidor ou procurador com poderes especiais, de que deve constar o compromisso de bem e fielmente desempenhar as atribuições do cargo ou função e cumprir os deveres e responsabilidades que lhe sejam inerentes, feita indicação expressa das normas legais ou regulamentares. A posse ocorrerá:

- a) no prazo prorrogável de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de provimento ou, no caso de eleição, da assinatura da ata respectiva.
- b) no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias contados da publicação do ato de provimento.
- c) no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da publicação do resultado do concurso.
- d) no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias contados da publicação do resultado do concurso, ou, no caso de eleição, da assinatura da ata respectiva.
- e) no prazo prorrogável de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de nomeação.

70. É incorreto afirmar que são formas de provimento de cargo público, de acordo com a Lei Complementar do RN nº 122/1994, dentre outras, a:

- a) reintegração e promoção.
- b) readaptação e a nomeação.
- c) promoção e o aproveitamento.
- d) o acesso e a ascensão.
- e) nomeação e a promoção.

71. No que se refere à Lei Complementar Estadual nº 122/94, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado, o agrupamento de cargos da mesma natureza e do mesmo grau de responsabilidade, com igual padrão de vencimento, é conceito de:

- a) grupo.
- b) classe.
- c) categoria funcional.
- d) quadro geral.
- e) quadro específico.

72. Apesar das sucessivas solicitações formuladas pelos moradores de uma determinada localidade, o Estado deixou de reforçar a segurança no local. Em razão dessa omissão, foi praticado novo ilícito em detrimento de um morador, o que lhe causou danos patrimoniais. Nesse caso, é correto afirmar que eventual responsabilidade do Estado será de natureza:

- a) objetiva, desde que demonstrado que o dano decorreu da omissão dos seus agentes.
- b) subjetiva, o que exige a prévia condenação do agente público omissivo.
- c) objetiva, o que pressupõe a demonstração da culpa do agente público e o nexo de causalidade.
- d) subjetiva, sendo necessário demonstrar o elemento subjetivo do agir.
- e) objetiva, o que significa dizer que deve ser analisada, apenas, possível culpa da vítima.

73. O Estado do Rio Grande do Norte ajuizou ação civil por ato de improbidade administrativa em face de Pedro, dirigente de uma organização social (OS) que celebrara contrato de gestão com a Secretaria de Estado de Saúde, visando à administração de duas unidades hospitalares.

Após a finalização do contrato de gestão constatou-se que parte dos recursos foi entregue, por Pedro, a familiares que se encontravam em dificuldade financeira, os quais achavam que os recursos tinham origem na remuneração de Pedro.

Sobre o caso apresentado, considerando a disciplina estabelecida pela Lei nº 8.429/92, assinale a afirmativa correta.

- a) Pedro e seus familiares não podem ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, pois a OS não integra a Administração Pública.
- b) Pedro, juntamente com seus familiares, pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa que importa em dano ao patrimônio público.
- c) Pedro, juntamente com seus familiares, pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- d) Pedro pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa que importa em dano ao patrimônio público, não seus familiares.
- e) Pedro pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, não seus familiares.

74. Acerca dos atos administrativos e do Poder de Polícia, é correto afirmar que:

- a) a licença é o ato administrativo editado a partir do poder discricionário da administração pública, conferindo ao particular o direito à prática de determinada atividade de natureza privada.
- b) a permissão condicionada pode ser revogada a qualquer tempo, desde que obedecidos os critérios de conveniência e oportunidade.
- c) o consentimento de polícia, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é passível de delegação a um particular.

d) os denominados atos de consentimento, tais como licença, autorização e permissão, têm natureza declaratória, ou seja, limitam-se a enunciar um direito do particular.

e) a admissão é espécie de ato administrativo editado para que seja admitido ao serviço público o candidato regularmente aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos.

75. A autoridade administrativa que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração, mediante sindicância ou processo administrativo. Quanto ao procedimento do processo administrativo disciplinar, é INCORRETO afirmar que:

- a) quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora pode, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.
- b) caracterizada a infração disciplinar, é formulada a indicação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados, das normas infringidas e das provas em que se fundamenta a imputação.
- c) a simples alegação de injustiça da penalidade constitui fundamento para sua revisão, vez que o processo obedece ao princípio do contraditório, assegurada a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.
- d) a sindicância é instaurada como preliminar do processo administrativo disciplinar, para confirmação da irregularidade e indicação do seu autor, ou como fundamento para a aplicação de penalidade de advertência ou de suspensão até trinta dias.
- e) o julgamento não fica adstrito às conclusões do relatório da comissão, mas vincula-se às provas dos autos.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

Mateus Pontalti

76. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária são reservadas à lei complementar.
- b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- d) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.
- e) As contribuições devidas ao Sebrae, à Apex e à ABDI foram recepcionadas pela EC 33/2001.

77. Assinale a alternativa correta:

- a) A União não pode estabelecer isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, salvo em caso de calamidade pública ou guerra externa.
- b) Excepcionalmente, desde que aprovado por 2/3 do Congresso Nacional, em dois turnos, é possível à União isentar tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- c) Os Estados-Membros da Federação podem estabelecer isenções de tributos municipais quando a Constituição Estadual assim o autorize.
- d) É constitucional um tratado internacional que conceda isenções de tributos da competência dos Estados e dos Municípios.
- e) É inconstitucional Lei Complementar da União que exclua a incidência do ISSQN sobre exportações de serviços para o exterior.

78. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.
- b) É compatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de alterar as alíquotas do Imposto de Exportação.
- c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.
- d) Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária do IPTU, é devido o tributo calculado pela alíquota mínima correspondente, de acordo com a destinação do imóvel.
- e) A lei tributária que possibilita que um ato normativo fixe o valor de uma taxa viola necessariamente o princípio da legalidade tributária.

79. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.
- b) Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, inclusive aqueles em que a empresa não age em regime de monopólio, estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca.
- c) Sociedade de economia mista, cuja participação acionária é negociada em Bolsas de Valores, e que está voltada à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas, está abrangida pela regra de imunidade tributária prevista no art. 150, VI, 'a', da Constituição.
- d) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.
- e) Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

80. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- b) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido
- c) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- d) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- e) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

81. O pagamento por serviços ambientais, previsto no código Florestal, tem por fundamento o princípio:

- a) da prevenção
- b) da precaução
- c) do protetor recebedor
- d) do limite
- e) do poluidor pagador

82. A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade. Qual das unidades abaixo não requer a consulta pública precipitada.

- a) área de proteção ambiental
- b) reserva biológica
- c) área de relevante interesse ecológico
- d) reserva particular do patrimônio natural
- e) parque nacional

83. A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) trouxe uma série de instrumentos voltados à preservação do meio ambiente. Nesse sentido assinale a opção correta:

- a) A servidão ambiental é um instrumento político da PNMA.
- b) Os espaços territoriais especialmente protegidos não integram o rol de instrumentos da PNMA, pois são regulados em lei própria.
- c) O tombamento, instrumento da PNMA, destina-se especificamente à proteção do meio ambiente cultural.
- d) O licenciamento ambiental é exigido tanto para atividades efetivamente poluidoras como para aquelas que apenas potencialmente o são, sendo a realização de estudo de impacto ambiental (EIA/RIMA) uma de suas etapas obrigatórias.
- e) O zoneamento ambiental, também chamado de zoneamento ecológico-econômico, que consiste na limitação do uso do solo, atende ao princípio segundo o qual a propriedade deve cumprir sua função social e configura aspecto do exercício do poder de polícia.

84. De acordo com a legislação florestal em vigor, todo imóvel rural, quando localizado na Amazônia Legal, deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, nos percentuais mínimos de:

- a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas e 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado.
- b) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas e 30% (trinta por cento), no imóvel situado em área de campos gerais.
- c) 45% (quarenta e cinco por cento), no imóvel situado em área de florestas e 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado.
- d) 50% (cinquenta por cento), no imóvel situado em área de florestas e 75% (setenta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado.
- e) 90% (noventa por cento), no imóvel situado em área de florestas e 15% (quinze por cento), no imóvel situado em área de cerrado.

85. Sobre o Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o STJ, a assinatura e o adimplemento do TAC ambiental são capazes de afastar a tipicidade penal da conduta praticada.
- b) A assinatura do TAC ambiental encerra a contagem da multa diária imposta.
- c) O TAC ambiental é um instrumento obrigatório para o poluidor.
- d) Após o início do processo judicial não é mais possível a assinatura do TAC ambiental
- e) O TAC ambiental possui natureza jurídica de título executivo judicial.

MEDICINA LEGAL

Paulo Bilynskyj

86. A parte do relatório médico-legal que consiste na formulação de hipóteses sobre a dinâmica do crime chama-se:

- a) histórico.
- b) preâmbulo.
- c) exposição.
- d) resposta aos quesitos.
- e) discussão.

87. As facas são armas brancas com grande capacidade lesiva, podendo resultar em lesões incisivas ou perfuro-incisivas. Quanto às primeiras, temos as seguintes características, EXCETO:

- a) sangramento abundante.
- b) bordas irregulares.
- c) predomínio da extensão sobre a profundidade.
- d) não apresenta pontes de tecido, nem regiões mortificadas.
- e) presença de cauda de escoriação.

88. Nas asfixias, os sinais externos atípicos são aqueles que se manifestam em outras formas de morte que não o afogamento e que o cadáver permanece por qualquer motivo submerso por algum período de tempo. Dentre esses sinais, o Sinal de Simonin refere-se à:

- a) retração dos testículos.
- b) maceração epidérmica.
- c) pele anserina.
- d) destruição por animais da fauna aquática.
- e) lesões de arrasto.

89. Assinale a alternativa que NÃO trata de um exemplo de fenômeno cadavérico abiótico consecutivo.

- a) desidratação cadavérica.
- b) manchas de hipóstases cutâneas.
- c) esfriamento cadavérico.
- d) abolição da motilidade.
- e) rigidez cadavérica.

- 90.** Nas lesões produzidas pelo calor, o Sinal de Janesie-Jeliac representa:
- a) a posição de lutador de boxe do corpo carbonizado.
 - b) a ausência de leucócitos nas bolhas.
 - c) o eritema produzido por queimadura de 1º grau.
 - d) as bolhas contendo líquido amarelado nas queimaduras de 2º grau.
 - e) a placa de necrose dura produzida pelas queimaduras de 3º grau.

CRIMINALÍSTICA

Paulo Bilynskyj

- 91.** De acordo com a criminalística o que é uma prova não plena:
- a) É a prova produzida por um terceiro.
 - b) É a prova que produz um juízo de probabilidade.
 - c) É a prova que produz juízo de certeza.
 - d) É a prova trazida documentalmente ao processo, mas que foi produzida em outro processo.
 - e) É a prova que possui um momento único para produção.

- 92.** Assinale a alternativa INCORRETA acerca da prova pericial.:
- a) É indispensável o exame de corpo de delito quando houver vestígios.
 - b) O exame de corpo de delito deve ser realizado por perito oficial portador de curso superior.
 - c) O exame de corpo de delito indireto ocorre, por exemplo, quando realizado com base em prontuário médico.
 - d) A autópsia deve ser feita após seis horas do óbito, salvo exceções.
 - e) É impossível que ocorra a dispensa da autópsia.

- 93.** NÃO é fator que influencia no resultado da perícia:
- a) Adequação dos equipamentos e tecnologias empregados.
 - b) Modificação do local do crime.
 - c) A temperatura do ambiente do local do crime.
 - d) Tempo entre a ocorrência e o exame pericial.
 - e) Capacidade profissional do perito.

- 94.** Quanto à classificação de local de crime, LOCAL RELACIONADO pode ser definido como:

- a) Área compreendida por ambiente fechado, que preserva os vestígios da ação dos fenômenos da natureza.
- b) Área não restrita e que não preserva os vestígios da ação dos fenômenos da natureza.
- c) As adjacências, pontos e áreas de acesso ao local do crime.
- d) Área exata onde ocorreu o fato ou o crime.
- e) Área que pode apresentar conexão com o fato criminoso.

- 95.** São objetivos da criminalística, EXCETO:

- a) Elaborar a prova técnica, através da indiciologia material.
- b) Dar a materialidade do fato típico, constatando a ocorrência do ilícito penal.
- c) Consolidar parecer acerca dos elementos probatórios angariados.
- d) Verificar os meios e os modos como foi praticado um delito, visando fornecer a dinâmica do fenômeno.
- e) Indicar a autoria do delito, quando possível.

CRIMINOLOGIA

Flávio Milhomem

96. Assinale a alternativa correta dentre as hipóteses abaixo:

- a) O início da Criminologia científica é a obra de Cesare Lombroso (1835-1909) "L'Uomo delinquente".
- b) A teoria das janelas quebradas fundamentou o movimento de tolerância zero, implementado, na década de 80, em Nova Iorque; e que tinha por princípio a concentração dos esforços no combate à criminalidade organizada e corporativa.
- c) Quando a vítima, em decorrência do crime sofrido, não encontra amparo adequado por parte dos órgãos oficiais do Estado, durante o processo de registro e apuração do crime, como, por exemplo, a submissão a exame de corpo de delito, resta caracterizada a vitimização primária.
- d) O comportamento criminal é aprendido, mediante a interação com outras pessoas, resultante de um processo de comunicação. A afirmação guarda relação com a teoria sociológica da subcultura delinquente.
- e) O neorealismo de direita é caracterizado pelo clamor por políticas públicas repressivas, que fortalece discursos que pregam a ampliação do espectro punitivo e o dogma de pena como resolução de conflitos humanos.

97. Em relação à Macrossociologia Criminal, assinale a alternativa correta.

- a) A teoria crítica é uma das mais importantes teorias do conflito. Surgiu na década de 60 nos Estados Unidos da América e tem, como um de seus principais autores, Howard Becker, e é responsável por culpar o sistema de justiça criminal como criminógeno, sob o fundamento de que realiza rotulações seletivas se criminosos.
- b) As teorias da anomia e da associação diferencial são exemplos de teorias do conflito.
- c) A Escola de Chicago se caracteriza pelo não utilitarismo da ação; malícia da conduta e negativismo.
- d) São manifestações do controle social informal o conselho tutelar, igreja, delegado de polícia, família.

e) A teoria da associação diferencial, segundo a qual o indivíduo desenvolve seu comportamento individual com base no aprendizado por meio de exemplos e nas influências que possui, explica, segundo Edwin Sutherland, os chamados crimes de colarinho-branco.

98. No Estado Democrático de Direito a prevenção criminal é integrante da agenda federativa passando por vários setores do Poder Público, não se restringindo à Segurança Pública e ao Judiciário. Com relação à prevenção criminal, assinale a afirmativa correta:

- a) A prevenção primária se orienta aos grupos que ostentam maior risco de protagonizar o problema criminal, se relacionando com a política legislativa penal e com a ação policial.
- b) A prevenção secundária corresponde a estratégias de política cultural, econômica e social, atuando, por exemplo, na garantia da educação, saúde, trabalho e bem-estar social.
- c) A prevenção terciária se orienta aos grupos que ostentam maior risco de protagonizar o problema criminal, se relacionando com a política legislativa penal e com a ação policial.
- d) A prevenção secundária tem como destinatário o condenado, se orientando a evitar a reincidência da população presa por meio de programas reabilitadores e ressocializadores.
- e) A prevenção primária corresponde a estratégias de política cultural, econômica e social, atuando, por exemplo, na garantia da educação, saúde, trabalho e bem-estar social.

99. A respeito da política criminal, da criminologia e do direito penal, identifique o item errado:

- a) Criminologia é a ciência autônoma e independente que estuda o crime como fenômeno social e o delinquente como agente do ato ilícito, não se restringindo à análise da norma penal e seus efeitos, mas observando principalmente as causas que levam à delinquência, com o objetivo de viabilizar o aperfeiçoamento dogmático do sistema penal.
- b) A política criminal consiste na sistematização de táticas, estratégias e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.
- c) O direito penal é ciência do “ser”, na medida em que visa diagnosticar as causas da criminalidade por meio da etiologia criminal.
- d) A Criminologia visa combater e prevenir a criminalidade por meio da concretização de políticas públicas.
- e) A política criminal constitui uma ponte entre o saber criminológico e o saber penal.

100. A criminalidade eclode no colapso entre a estrutura social e a estrutura cultural, ou seja, enquanto os objetivos e as capacidades culturais determinam que as pessoas busquem os mesmos fins por meios legítimos, a conjuntura social divide desigualmente as oportunidades, impossibilitando que os cidadãos se orientem para alcançar os interesses, valores, propósitos ou fins estabelecidos aos membros da sociedade, fomentando a prática de condutas contrárias ao ordenamento jurídico. O texto acima faz referência a teoria desenvolvida em qual escola sociológica?

- a) Teoria da Associação Diferencial.
 - b) Escola de Chicago.
 - c) Teorias da Anomia.
 - d) Teoria do Labelling Approach.
 - e) Teoria da Subcultura Delinquente.
-

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Delta-PCRN-10-07>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
